

[Acesse aqui a publicação](#)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR

DETERMINO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO QUE, INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, ALTERADA PELA LEI N.º 8.883/94, PARA:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

Célio José Bernardino
DIRETOR EXECUTIVO DO CITMAR

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2018

I – JUSTIFICAÇÃO:

Considerando que o Estatuto do CITMAR tem como uma de suas finalidades a promoção da região turística e dos municípios perante os mercados emissores reais e potenciais de turistas;

Considerando que para promover a Região e os Municípios tem-se como uma das estratégias a divulgação em feiras e eventos do setor turístico, bem como em eventos de grande fluxo de pessoas;

Considerando que todas as feiras e eventos são aprovados por três instâncias: Comitê Temático, Colegiado de Secretários de Turismo e pela Assembleia Geral de Prefeitos (Membros da Diretoria do CITMAR);

Considerando que mediante a aprovação desses eventos o CITMAR organiza o seu calendário de feiras e eventos anuais;

Considerando os dois modos de participação em feiras e eventos são: mediante a aquisição de estande próprio ou de não-onerosa junto aos órgãos de turismo (federal, estadual, regional);

Considerando que o CITMAR possui amplo acervo de mapas e informativos;

Considerando que o CITMAR está com seu acervo desatualizado.

Diante dos considerados, vimos expor a necessidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de material gráfico;

O CITMAR formaliza a presente justificativa de PREGÃO PRESENCIAL com base na contratação com fulcro na Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Os maiores benefícios estão relacionados à ampla divulgação da região turística em eventos de repercussão internacional.

DATA: 02/07/2018

Comissão Especial de Licitação

Membro
Célio José Bernardino

Pregoeiro
Jean Carlos Coelho

Membro
Vivian Mengarda Floriani

II – DELIBERAÇÃO:

Consoante justificação acima da Comissão Especial de Licitação, aprovo nos termos em que se encontra, ficando o órgão de compras incumbida da publicação desta justificativa, bem como a exarcação dos documentos respectivos para a plena consolidação do previsto, cumpridas as formalidades legais.

Em 02/07/2018

Célio José Bernardino
DIRETOR EXECUTIVO DO CITMAR

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR CNPJ 09.267.291/0001-53 Rua Luiz Lopes Gonzaga 1655, sala 02 CEP 88309-421 Itajaí – SC	EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018
	Processo Administrativo: 16/2018 Data do Processo: 02/07/2018

PARECER CONTÁBIL

Em relação a solicitação do setor de compras e licitações deste Consórcio para verificar a existência de recursos financeiros para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

Há recursos financeiros para pagamento das obrigações.

DADOS DO PROCESSO DE COMPRA:

Processo Administrativo: 16/2018
Processo de Pregão presencial de Licitação: 16/2018
Data do Processo: 02/07/2018
Modalidade: Pregão presencial de Licitação
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.
Total de Itens Licitados: 001.
Dotação: 02 – 3.3.90.00

Itajaí/SC, 02 de julho de 2018.

Jean Carlos Coelho
Contador

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR CNPJ 09.267.291/0001-53 Rua Luiz Lopes Gonzaga 1655, sala 02 CEP 88309-421 Itajaí – SC	EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018
	Processo Administrativo: 16/2018 Data do Processo: 02/07/2018

PARECER JURÍDICO

Nos termos do Parágrafo Único do art. 38 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, examinamos os termos e documentos referentes à abertura do presente processo de pregão presencial de licitação.

A abertura deste pregão presencial, assim como a lavratura dos documentos preliminares, obedeceu o determinado pela referida legislação.

Pelo preenchimento dos requisitos legais, opinamos pelo prosseguimento deste processo de pregão presencial de licitação, em seus demais tramites legais.

DADOS DO PROCESSO DE COMPRA:

Processo Administrativo: 16/2018
Processo de Pregão presencial de Licitação: 16/2018
Data do Processo: 02/07/2018
Modalidade: Pregão presencial de Licitação
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.
Total de Itens Licitados: 001.

Itajaí/SC, 02 de julho de 2018.

Djonatan Batista de Lima
Assessor Jurídico - OAB/SC 49.420

PARECER PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PP 02/2018

Trata-se de análise prévia do Processo Licitatório acima qualificado enquadrado na modalidade de Pregão Presencial, de onde devem ser satisfeitas para a atual Fase as disposições contidas no art. 38 da Lei 8.666/93 e art. 3º da Lei 10.520/02.

1. O Processo Administrativo deve ter início sendo devidamente: a) Autuado; b) Protocolado e c) Numerado.

2. Deve haver ainda: a) Autorização respectiva para sua abertura; b) Indicação sucinta de seu objeto, no caso do Pregão o art. 3º, inciso II da Lei 10.520/02 adverte que a definição do objeto deve ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações excessivas, irrelevantes e desnecessárias ou que limitem a competição (Termo contendo descrição); c) Garantia de Reserva Orçamentaria com Indicação do recurso próprio para despesa ou respectiva dotação.

3. Oportunamente: a) Edital e Anexos; b) Minuta do Termo de Contrato ou Instrumento equivalente; c) Comprovante de Publicações; d) Ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

4. Especificamente no caso do Pregão, segundo a Lei 10.520/02, em seu art. 3º devem constar: I) Justificativa e Necessidade da Contratação com definição de seu objeto, exigências da Habilitação, critério da aceitação das propostas, sanções por inadimplemento, cláusulas do contrato com fixação de prazos para fornecimento; II) (...); III) Indispensáveis elementos técnicos sobre os quais a Justificativa deve estar apoiada, com orçamento elaborado pelo órgão promotor da licitação; IV) (...).

5. O Edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da última publicação do aviso, para os interessados prepararem e apresentarem suas propostas. Uma vez observados tais requisitos legais, preenchidos estarão os ditames da lei e poderá assim o Processo Licitatório seguir seu trâmite normal.

Verificando que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

I – Definição do objeto de forma clara e sucinta;

II – Local a ser retirado o edital;

III – Local, data e horário para abertura da sessão;

IV – Condições para participação;

V – Critérios para julgamento;

VI – Condições de pagamento;

VII – Prazo e condições para assinatura do contrato;

VIII – Sanções para o caso de inadimplemento;

IX – Especificações e peculiaridades da licitação.

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos

É O PARECER, SALVO MELHOR JUÍZO!

Itajaí/SC, 02 de julho de 2018.

Djonatan Batista de Lima
Assessor Jurídico – OAB/SC 49.420